fundamentação adotada no parecer do Exmo. Senhor Procurador Eleitoral, ficando a mesma fazendo parte deste decismum como se transcrita estivesse, e via de consequência:

Determino a reunião de todas as representações originárias, tornando os processos unos por se tratarem da mesma conduta praticadas em continuidade delitiva e restando configurada a atração pela conexão e o foro privilegiado do primeiro representado, o processamento do feito contra ambos neste TRE/PA ;

Reunidos os processos, retornem ao Senhor Procurador Regional Eleitoral para requerer o que entender de direito; e

Após, volvam-me conclusos.

Publique-se e Intimem-se.

Belém, 22 de agosto de 2008

@ Juiz Paulo Gomes Jussara Junior - Relator."

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 445/08

REPRESENTAÇÃO Nº 1361

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REPRESENTADOS: 1. DARCI JOSÉ LERMEN. 2. JOELMA DE MOURA LEITE
ADVOGADOS: HERNANDES ESPINOSA MARGALHO E OUTROS
Ficam INTIMADOS os representados, por seu(s) Advogado(s), da decisão do Exmo. Sr. Juiz Paulo Gomes Jussara Júnior, proferida nos autos em epígrafe, transcrita a seguir:

"Vistos.

Versam os autos de Representação proposta originariamente no Juízo Eleitoral de Parauapebas, em data de 27.08.2004, por Coligação Majoritária União por Parauapebas através de sua representante perante a Justiça Eleitoral, Ana Isabel Mesquita de Oliveira, em face de Coligação Frente Unidos com o Povo do então candidato Darci José Lermen do PT e Joel de Moura Leite pelos fatos que vieram expostos na peça inicial de fls., consistentes, em suma, na inserção da sigla do PFL que não pertencia à Coligação que abrigava os representados, em cartazes de propaganda dos então candidatos às eleições de 2004, como prefeito e vereadora, respectivamente.

Em decorrência da representação originária o Ministério Público Eleitoral de Parauapebas entendendo como configuradas a autoria e materialidade do delito previsto no art. 323 do CE, ofereceu proposta de transação penal, empreendendo para tanto audiência, onde foi aceita a doação de 5 (cinco) cestas básicas no valor de 1/3 do salário mínimo à APAE.

Consta dos autos pagamento da concertado por parte dos representados. Já às fls. 91, manifesta-se o MPE de 1º grau, informando que o representado Darci José Lermen é o atual Prefeito Municipal de Parauapebas, possuindo foro privilegiado junto ao TRE/PA em conformidade com o art. 29, X, da CF.

Em decorrência deste fato, o Procurador Regional Eleitoral, em circunstanciado parecer, requereu a este relator: 1) a declaração de nulidade do feito a partir da proposta de transação em relação a Darci José Lermen por ofensa ao juízo natural e do promotor natural; 2) a reunião das representações originárias por se tratarem da mesma conduta praticadas em continuidade delitiva; e 3) a extinção da punibilidade da representação em relação à outra representada.

Relatei.

Decido.

Adoto na íntegra, como razão de decidir, a circunstanciada fundamentação adotada no parecer do Exmo. Senhor Procurador Eleitoral, ficando a mesma fazendo parte deste decismum como se transcrita estivesse, e via de consequência:

Declaro nulo o processo a partir da proposta de transação em relação a Darci José Lermen por ofensa aos princípios do juízo e promotor natural; Determino a reunião de todas as representações originárias, tornando os processos unos ;

Declaro extinta a punibilidade de Joelma de Moura Leite, relativamente a esta representação, face o integral cumprimento da transação penal homologada pelo Juízo Eleitoral de Parauapebas;

Reunidos os processos, considerando que a despeito do representado Darci José Lermen que não conseguiu comprovar a adimplência da transação penal em seus exatos termos, afastando assim, qualquer eventual alegação de coisa julgada, retornem ao Senhor Procurador Regional Eleitoral para requerer o que entender de direito; e

Após, retornem conclusos.

Publique-se e Intimem-se.

Belém, 22 de agosto de 2008

@ Juiz Paulo Gomes Jussara Junior - Relator."

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 446/08

REPRESENTAÇÃO Nº 1357

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REPRESENTADOS: 1. DARCI JOSÉ LERMEN. 2. JOSÉ ADELSON FERNANDES SILVA
ADVOGADOS: HERNANDES ESPINOSA MARGALHO E OUTROS
Ficam INTIMADOS os representados, por seu(s) Advogado(s), da decisão do Exmo. Sr. Juiz Paulo Gomes Jussara Júnior, proferida nos autos em epígrafe, transcrita a seguir:

"Vistos.

Versam os autos de Representação proposta originariamente no Juízo Eleitoral de Parauapebas, em data de 27.08.2004, por Coligação Majoritária União por Parauapebas através de sua representante perante a Justiça Eleitoral, Ana Isabel Mesquita de Oliveira, em face de Coligação Frente Unidos com o Povo de então candidato Darci José Lermen do PT e José Adelson Fernandes Silva pelos fatos que vieram expostos na peça inicial de fls., consistentes, em suma, na inserção da sigla do PFL que não pertencia à Coligação que abrigava os representados, em cartazes de propaganda dos então candidatos às eleições de 2004, como prefeito e vereadora, respectivamente.

Em decorrência da representação originária o Ministério Público Eleitoral de Parauapebas entendendo como configuradas a autoria e materialidade do delito previsto no art. 323 do CE, foi designada audiência para proposta de transação penal, ficando constatado o não comparecimento das partes, sendo que restou também constatado que o representado Darci José Lermen não havia sido citado.

Manifesta-se o MPE de 1º grau, informando que o representado Darci José Lermen é o atual Prefeito Municipal de Parauapebas, possuindo foro privilegiado junto ao TRE/PA em conformidade com o art. 29, X, da CF.

Em decorrência deste fato, o Procurador Regional Eleitoral, em circunstanciado parecer, requereu a este relator: a reunião das representações originárias por se tratarem da mesma conduta praticadas em continuidade delitiva e restando configurada a atração pela conexão e o foro privilegiado do primeiro representado, o processamento do feito contra ambos neste Regional.

Relatei.

Decido.

Adoto na íntegra, como razão de decidir, a circunstanciada fundamentação adotada no parecer do Exmo. Senhor Procurador Eleitoral, ficando a mesma fazendo parte deste decismum como se transcrita estivesse, e via de consequência:

Determino a reunião de todas as representações originárias, tornando os processos unos por se tratarem da mesma conduta praticadas em continuidade delitiva e restando configurada a atração pela conexão e o foro privilegiado do primeiro representado, o processamento do feito contra ambos neste TRE/PA ;

Reunidos os processos, retornem ao Senhor Procurador Regional Eleitoral para requerer o que entender de direito; e

Após, volvam-me conclusos.

Publique-se e Intimem-se.

Belém, 22 de agosto de 2008

@ Juiz Paulo Gomes Jussara Junior - Relator."

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 447/08

REPRESENTAÇÃO Nº 1353

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REPRESENTADOS: 1. DARCI JOSÉ LERMEN. 2. MARILI TEREZINHA RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADOS: HERNANDES ESPINOSA MARGALHO E OUTROS
Ficam INTIMADOS os representados, por seu(s) Advogado(s), da decisão do Exmo. Sr. Juiz Paulo Gomes Jussara Júnior, proferida nos autos em epígrafe, transcrita a seguir:

"Vistos.

Versam os autos de Representação proposta originariamente no Juízo Eleitoral de Parauapebas, em data de 27.08.2004, por Coligação Majoritária União por Parauapebas através de sua representante perante a Justiça Eleitoral, Ana Isabel Mesquita de Oliveira, em face de Coligação Frente Unidos com o Povo do então candidato Darci José Lermen do PT e Marili Terezinha Rodrigues de Souza pelos fatos que vieram expostos na peça inicial de fls., consistentes, em suma, na inserção da sigla do PFL que não pertencia à Coligação que abrigava os representados, em cartazes de propaganda dos então candidatos às eleições de 2004, como prefeito e vereadora, respectivamente.

Em decorrência da representação originária o Ministério Público Eleitoral de Parauapebas entendendo como configuradas a autoria e materialidade do delito previsto no art. 323 do CE, ofereceu proposta de transação penal, empreendendo para tanto audiência, onde foi aceita a doação de 5 (cinco) cestas básicas no valor de 1/3 do salário mínimo à APAE.

Consta dos autos pagamento da concertado por parte dos representados. Já às fls. 91, manifesta-se o MPE de 1º grau, informando que o representado Darci José Lermen é o atual Prefeito Municipal de Parauapebas, possuindo foro privilegiado junto ao TRE/PA em conformidade com o art. 29, X, da CF.

Em decorrência deste fato, o Procurador Regional Eleitoral, em circunstanciado parecer, requereu a este relator: 1) a declaração da nulidade do feito a partir da proposta de transação em relação a Darci José Lermen por ofensa ao juízo natural e do promotor natural; 2) a reunião das representações originárias por se tratarem da mesma conduta praticadas em continuidade delitiva; e 3) a extinção da punibilidade da representação em relação ao outro representado.

Relatei.

Decido.

Adoto na íntegra, como razão de decidir, a circunstanciada fundamentação adotada no parecer do Exmo. Senhor Procurador Eleitoral, ficando a mesma fazendo parte deste decismum como se transcrita estivesse, e via de consequência:

Declaro nulo o processo a partir da proposta de transação em relação a Darci José Lermen por ofensa aos princípios do juízo e promotor natural; Determino a reunião de todas as representações originárias, tornando os processos unos;

Declaro extinta a punibilidade de Marili Terezinha Rodrigues de Souza, relativamente a esta representação, face o integral cumprimento da transação penal homologada pelo Juízo Eleitoral de Parauapebas;

Reunidos os processos, considerando que a despeito do representado Darci José Lermen que não conseguiu comprovar a adimplência da transação penal em seus exatos termos, afastando assim, qualquer eventual alegação de coisa julgada, retornem ao Senhor Procurador Regional Eleitoral para requerer o que entender de direito; e

Após, retornem conclusos.

Publique-se e Intimem-se.

Belém, 22 de agosto de 2008

@ Juiz Paulo Gomes Jussara Junior - Relator."

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 448/08

REPRESENTAÇÃO Nº 1352

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REPRESENTADOS: 1. DARCI JOSÉ LERMEN. 2. JOÃO ASSI
ADVOGADOS: HERNANDES ESPINOSA MARGALHO E OUTROS
Ficam INTIMADOS os representados, por seu(s) Advogado(s), da decisão do Exmo. Sr. Juiz Paulo Gomes Jussara Júnior, proferida nos autos em epígrafe, transcrita a seguir:

"Vistos.

Versam os autos de Representação proposta originariamente no Juízo Eleitoral de Parauapebas, em data de 27.08.2004, por Coligação Majoritária União por Parauapebas através de sua representante perante a Justiça Eleitoral, Ana Isabel Mesquita de Oliveira, em face de Coligação Frente Unidos com o Povo de então candidato Darci José Lermen do PT e João Assi pelos fatos que vieram expostos na peça inicial de fls., consistentes, em suma, na inserção da sigla do PFL que não pertencia à Coligação que abrigava os representados, em cartazes de propaganda dos então candidatos às eleições de 2004, como prefeito e vereadora, respectivamente.

Em decorrência da representação originária o Ministério Público Eleitoral de Parauapebas entendendo como configuradas a autoria e materialidade do delito previsto no art. 323 do CE, ofereceu proposta de transação penal, empreendendo para tanto audiência, onde foi aceita a doação de 5 (cinco) cestas básicas no valor de 1/3 do salário mínimo à APAE.

Consta dos autos pagamento da concertado por parte dos representados. Já às fls. 91, manifesta-se o MPE de 1º grau, informando que o representado Darci José Lermen é o atual Prefeito Municipal de Parauapebas, possuindo foro privilegiado junto ao TRE/PA em conformidade com o art. 29, X, da CF.

Em decorrência deste fato, o Procurador Regional Eleitoral, em circunstanciado parecer, requereu a este relator: 1) a declaração da nulidade do feito a partir da proposta de transação em relação a Darci José Lermen por ofensa ao juízo natural e do promotor natural; 2)

a reunião das representações originárias por se tratarem da mesma conduta praticadas em continuidade delitiva; e 3) a extinção da punibilidade da representação em relação ao outro representado.

Relatei.

Decido.

Adoto na íntegra, como razão de decidir, a circunstanciada fundamentação adotada no parecer do Exmo. Senhor Procurador Eleitoral, ficando a mesma fazendo parte deste decismum como se transcrita estivesse, e via de consequência:

Declaro nulo o processo a partir da proposta de transação em relação a Darci José Lermen por ofensa aos princípios do juízo e promotor natural; Determino a reunião de todas as representações originárias, tornando os processos unos;

Declaro extinta a punibilidade de João Assi, relativamente a esta representação, face o integral cumprimento da transação penal homologada pelo Juízo Eleitoral de Parauapebas;

Reunidos os processos, considerando que a despeito do representado Darci José Lermen que não conseguiu comprovar a adimplência da transação penal em seus exatos termos, afastando assim, qualquer eventual alegação de coisa julgada, retornem ao Senhor Procurador Regional Eleitoral para requerer o que entender de direito; e

Após, retornem conclusos.

Publique-se e Intimem-se.

Belém, 22 de agosto de 2008

@ Juiz Paulo Gomes Jussara Junior - Relator."

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 449/08

REPRESENTAÇÃO Nº 1355

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REPRESENTADOS: 1. DARCI JOSÉ LERMEN. 2. LIONICE DOS SANTOS SILVA
ADVOGADOS: HERNANDES ESPINOSA MARGALHO E OUTROS
Ficam INTIMADOS os representados, por seu(s) Advogado(s), da decisão do Exmo. Sr. Juiz Paulo Gomes Jussara Júnior, proferida nos autos em epígrafe, transcrita a seguir:

"Vistos.

Versam os autos de Representação proposta originariamente no Juízo Eleitoral de Parauapebas, em data de 27.08.2004, por Coligação Majoritária União por Parauapebas através de sua representante perante a Justiça Eleitoral, Ana Isabel Mesquita de Oliveira, em face de Coligação Frente Unidos com o Povo de então candidato Darci José Lermen do PT e Lionice dos Santos Silva pelos fatos que vieram expostos na peça inicial de fls., consistentes, em suma, na inserção da sigla do PFL que não pertencia à Coligação que abrigava os representados, em cartazes de propaganda dos então candidatos às eleições de 2004, como prefeito e vereadora, respectivamente.

Em decorrência da representação originária o Ministério Público Eleitoral de Parauapebas entendendo como configuradas a autoria e materialidade do delito previsto no art. 323 do CE, foi designada audiência para proposta de transação penal, ficando constatado o não comparecimento das partes, sendo que restou constatado que o representado Darci José Lermen não havia sido citado.

Manifesta-se o MPE de 1º grau, informando que o representado Darci José Lermen é o atual prefeito municipal de Parauapebas, possuindo foro privilegiado junto ao TRE/PA em conformidade com o art. 29, X, da CF.

Em decorrência deste fato, o Procurador Regional Eleitoral, em circunstanciado parecer, requereu a este relator: a reunião das representações originárias por se tratarem da mesma conduta praticadas em continuidade delitiva e restando configurada a atração pela conexão e o foro privilegiado do primeiro representado, o processamento do feito contra ambos neste Regional.

Relatei.

Decido.

Adoto na íntegra, como razão de decidir, a circunstanciada fundamentação adotada no parecer do Exmo. Senhor Procurador Eleitoral, ficando a mesma fazendo parte deste decismum como se transcrita estivesse, e via de consequência:

Determino a reunião de todas as representações originárias, tornando os processos unos por se tratarem da mesma conduta praticadas em continuidade delitiva e restando configurada a atração pela conexão e o foro privilegiado do primeiro representado, o processamento do feito contra ambos neste TRE/PA;

Reunidos os processos, retornem ao Senhor Procurador Regional Eleitoral para requerer o que entender de direito; e

Após, volvam-me conclusos.

Publique-se e Intimem-se.

Belém, 22 de agosto de 2008

@ Juiz Paulo Gomes Jussara Junior - Relator."

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 450/08

REPRESENTAÇÃO Nº 1356

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REPRESENTADOS: 1. DARCI JOSÉ LERMEN . 2. BENEDITO SILVA DOS SANTOS

ADVOGADOS: HERNANDES ESPINOSA MARGALHO E OUTROS
Ficam INTIMADOS os representados, por seu(s) Advogado(s), da decisão do Exmo. Sr. Juiz Paulo Gomes Jussara Júnior, proferida nos autos em epígrafe, transcrita a seguir:

"Vistos.

Versam os autos de Representação proposta originariamente no Juízo Eleitoral de Parauapebas, em data de 27.08.2004, por Coligação Majoritária União por Parauapebas através de sua representante perante a Justiça Eleitoral, Ana Isabel Mesquita de Oliveira, em face de Coligação Frente Unidos com o Povo do então candidato Darci José Lermen do PT e Benedito Silva dos Santos pelos fatos que vieram expostos na peça inicial de fls., consistentes, em suma, na inserção da sigla do PFL que não pertencia à Coligação que abrigava os representados, em cartazes de propaganda dos então candidatos às eleições de 2004, como prefeito e vereadora, respectivamente.

Em decorrência da representação originária o Ministério Público Eleitoral de Parauapebas entendendo como configuradas a autoria e materialidade do delito previsto no art. 323 do CE, foi designada audiência para proposta de transação penal, tendo ela sido realizada e as partes aceitaram a proposta.

O primeiro representado cumpriu a transação e o segundo, não.

Manifesta-se o MPE de 1º grau, informando que o representado Darci José Lermen é o atual prefeito municipal de Parauapebas, possuindo foro privilegiado junto ao TRE/PA em conformidade com o art. 29, X, da CF.

Em decorrência deste fato, o Procurador Regional Eleitoral, em circunstanciado parecer, considerando que Darci José Lermen, na